



Partidos criticam redundância de projecto do Bloco de Esquerda contra discriminação dos portadores VIH/sida

Sofia Rodrigues

● O projecto de lei do Bloco de Esquerda que propunha a proibição da discriminação dos portadores de VIH/sida mereceu ontem críticas de quase todas as bancadas por considerarem ser redundante face à legislação já em vigor. O diploma foi rejeitado com os votos contra do PS e do PSD, e com a abstenção do PCP e do CDS-PP.

Segundo o projecto, os portadores do vírus não podem ser discriminados nomeadamente no acesso ao emprego, aos contratos de seguro e ao crédito de habitação. Para justificar a

apresentação do projecto, o deputado do BE João Semedo argumentou que continua a falar-se de casos de injustiça de pessoas com VIH/sida, apesar de haver uma lei em vigor há dois anos que visa combater a discriminação dos portadores e de pessoas com risco agravado de saúde.

O projecto do BE, embora só ontem discutido, foi apresentado na sequência de notícias do PÚBLICO que davam conta de uma sentença do Tribunal da Relação que considerava legítimo o fim do contrato de um cozinheiro por ser seropositivo.

“Já temos uma lei da Assembleia da

República que proíbe esta discriminação. O que é que pretendem? Pretendem afagar aquilo que consideram um nicho vosso, os portadores de VIH/sida. Não é um nicho vosso”, disse a deputada do CDS-PP Teresa Caeiro, considerando que as propostas em discussão são “redundâncias”.

A mesma palavra foi usada pela socialista Fátima Pimenta para descrever a proposta do BE, embora reconhecendo as suas boas intenções. A legislação em vigor tem “um campo mais vasto de protecção”, disse a socialista, considerando também desnecessária a criação de uma comis-

são de acompanhamento dos casos de discriminação como previa a lei. Esse trabalho, acrescentou, já é feito pelo Alto-Comissariado de Luta contra a Sida que, por exemplo, evitou a expulsão de um lar de uma idosa infectada com o vírus.

Opinião contrária manifestaram o PCP e o Os Verdes, ao considerarem útil esta comissão (até porque no caso do PEV também já a tinha proposto anteriormente). Em coro com as restantes bancadas, o social-democrata André Almeida sublinhou que as normas propostas já estão consagradas na actual legislação.